

Sociedade civil quer direito de voto para reclusos a partir de Outubro

- Organizações da sociedade civil submeteram uma carta ao Provedor de Justiça e à Comissão Nacional dos Direitos Humanos a pedir que os reclusos possam votar a partir das eleições gerais de Outubro próximo, anunciaram em comunicado.

MAPUTO - As organizações pedem que "a partir das próximas eleições de 2019 se criem todas as medidas necessárias para que todos os reclusos possam recensear-se e votar", lê-se no comunicado a que a Lusa teve acesso. A carta assinada por 15 organizações da sociedade civil deu entrada, em separado, nas duas instituições no dia 20 de Fevereiro.

A carta argumenta que à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos todo o cidadão tem direito a voto. "As Regras de Mandela [sobre o tratamento dos presos] estabelecem que o regime prisional deve procurar minimizar as diferenças entre a vida na prisão e a vida em liberdade", lê-se no documento.

A Constituição moçambicana estabelece que nenhuma pena implica a perda de quaisquer direitos civis, profissionais ou políticos, mas "os cerca de 20.000 reclusos de todo o país não votam, na prática", refere-se no comunicado. Países africanos como a África do Sul e o Quênia salvaguardam o direito dos reclusos ao voto, assinalam os subscritores das cartas.